

Estagnação econômica, governabilidade e democracia no Brasil



O sucesso de uma política econômica depende, entre outras ações, que os responsáveis por sua implementação levem em consideração a estreita relação que existe entre a política fiscal e a política monetária (Sargent e Wallace, 1981). O manejo dessas políticas de forma inadequada tende a provocar a redução do Produto Interno Bruto (PIB), queda na renda *per capita* e o aumento do desemprego. Os dados das Contas Nacionais indicam que o PIB brasileiro fechou em R\$ 1,514 trilhão (US\$ 493 bilhões) em 2003. Esse desempenho econômico medíocre deslocou o Brasil para a 15ª posição no ranking das maiores economias mundiais. Devemos recordar que o Brasil ocupava em 1998 nesse ranking a 8ª posição, com um PIB de US\$ 788 bilhões. Esses números reforçam a nossa percepção de que, a combinação das políticas monetária e fiscal se apresenta excessivamente restritiva no Brasil.

A fragilidade dos indicadores macroeconômicos do Brasil – dívida líquida do setor público (interna e externa), taxa de crescimento do PIB, volume de exportação, entre outros –, sinalizam que está presente no país uma "*dominância fiscal*". Isso significa que, no enfrentamento de uma forte crise econômica, existe implícito um risco de monetização da dívida ou de moratória. Este cenário explica por que os organismos multilaterais, em especial o Fundo Monetário Internacional (FMI), recomendam que no enfrentamento das crises do país, o governo eleve as taxas de juros e aumente o superávit fiscal. A adoção dessa política decorre da necessidade que o país tem de sustentar a sua credibilidade junto ao sistema financeiro internacional. Os efeitos dessa medida podem ser mensurados pelo crescimento da dívida do setor público, que aumenta em decorrência da elevação das taxas de juros.

Assim, partimos da seguinte indagação: *os formuladores de política econômica, por não levarem em consideração a maioria dos princípios básicos de funcionamento de uma economia capitalista, estão conduzindo a economia brasileira para um quadro de permanente estagnação?* Na busca de responder esta pergunta, nos propomos a destacar nesta análise, os aspectos mais relevantes das políticas "*fiscal e monetária*", que se apresentam como as mais sensíveis no contexto da política econômica em implementação no Brasil.

É oportuno observar que, os resultados obtidos com as reformas estruturais submetidas ao Congresso Nacional – previdência e tributária – sinalizam que a última se frustrou totalmente. Infelizmente para o Brasil, a reforma tributária do governo Lula não corrigiu a anomalia tributária que o país está atravessando. O federalismo distorcido gerado a partir da Constituição Federal de 1988, criou as condições para que os três entes de governo no Brasil transfiram para a sociedade, quando necessário, os seus respectivos problemas de arrecadação.

O governo Fernando Henrique Cardoso, devemos recordar, foi o responsável pela deflagração, especialmente na sua segunda gestão – 1999 a 2002 –, do processo de elevação da arrecadação de tributos no Brasil. As receitas tributárias nas três esferas de governo – União, Estados e municípios – em 2001, por exemplo, apresentaram

um crescimento real de 5,88% - a arrecadação tributária do país cresceu de R\$ 358,02 bilhões, em 2000 (32,48% do PIB), para R\$ 406,87 bilhões em 2001 (33,84% do PIB). Continuou crescendo em 2002 e 2003, quando se elevou de R\$ 473,84 bilhões (35,86% do PIB), para R\$ 546,97 bilhões (36,68% do PIB). Isso representou um crescimento real de 3,75%.

Uma das recomendações mais conhecidas para aumentar o crescimento econômico é aumentar a taxa de poupança (Solow, 1988). Os indicadores recentes da economia brasileira evidenciam que os recursos retirados da iniciativa privada, por meio da carga tributária, somado ao déficit nominal (na casa dos 5% do PIB em 2003), estão afetando de forma preocupante o funcionamento da economia, onde de cada valor agregado pelo setor produtivo cerca de 40% é absorvido pelo governo (IBGE, 2004). Assim, a renda nacional está sendo apropriada pelo Estado brasileiro, que a devolve de maneira inadequada para a sociedade (Matias-Pereira, 2003a).

A elevada carga tributária somada à elevada proporção apropriada como juros vem reduzindo significativamente os salários e lucros. Com a diminuição do fluxo de salários, a parcela que se transforma em demanda é conseqüentemente reduzida. A queda no lucro provocada pelos impostos e juros reflete na taxa de retorno, que também se reduz, o que explica o baixo nível de desempenho da indústria brasileira no ano passado (IBGE, 2004).

A decisão do governo – traduzida na atual política fiscal – de não fazer cortes no seu consumo corrente, preferindo reduzir os investimentos, não se coadunam com a retórica do discurso governamental de promover a retomada do crescimento da economia de forma sustentada a partir do corrente ano. Organizar as finanças públicas do país, por meio de uma política fiscal adequada aos interesses da sociedade passa de maneira obrigatória pela redução no consumo corrente e a eliminação do déficit nominal. Esta é a alternativa mais recomendável para o Estado voltar a investir com recursos próprios.

Frente a essa realidade, é perceptível que, o governo federal não pode continuar com essa política fiscal equivocada – convivendo com o desequilíbrio fiscal por meio da elevação da carga tributária ou de mais endividamento. A opção de transformar em consumo corrente, indefinidamente, uma proporção tão elevada da poupança do setor privado, que deveria estar sendo investida em formação de capital, programas sociais, educação, saúde pública, e em infra-estrutura, tende a conduzir a economia, no médio prazo, a um impasse.

A condução equivocada da política monetária, por sua vez, revelou para a sociedade brasileira que a definição das taxas de juros básicos (taxa Selic), que vem sendo adotadas no âmbito do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB) refletem negativamente no crescimento da economia, na taxa de desemprego, que se encontra no patamar de 12,5% da população economicamente ativa (PEA), e na queda da renda média do trabalhador.

Os baixos resultados da economia brasileira nos últimos anos já eram esperados, visto que a combinação de juros altos, falta de crédito e preços elevados se apresenta como uma mistura explosiva e de efeitos perversos na economia de qualquer país (Matias-Pereira, 2001). O custo fiscal provocado pelas taxas de juros elevadas vem impedindo a redução na relação da Dívida Líquida do Setor Público/PIB. Em 1994 a relação DLSP/PIB que era de cerca de 30%, atingiu 58,2% em 2003. Essa elevada dívida do setor público levou o país a gastar R\$ 145,2 bilhões com juro da sua dívida no ano passado. Por sua vez, sabemos que o crescimento significativo do PIB seria um fator que poderia amenizar o crescimento da relação

DLSP/PIB. As elevadas taxas de juros praticadas no Brasil, entretanto, funciona como um obstáculo ao crescimento do PIB. Esta é a armadilha na qual se encontra o Brasil, que nos faz lembrar de um “cachorro correndo atrás de seu próprio rabo”.

A taxa média real de juros no último ano situou-se no preocupante patamar de 10% ao ano. É quase desnecessário dizer que, num cenário de incertezas que ora atravessa o país, agravadas pela instabilidade econômica e política no mundo, os empresários tenderão a reduzir os investimentos – que repercutem negativamente no crescimento do país – enquanto tiverem a possibilidade de obterem rendimentos mais elevados e seguros no mercado financeiro. As estimativas governamentais de que o PIB neste ano crescerá 3,5% mantendo a inflação dentro da meta de 5,5% no ano, conforme acordada com o Fundo Monetário Internacional (MF, 2004), não são animadoras, visto que esta performance do PIB ainda será bastante modesta dada a base deprimida de 2003 sobre a qual ele irá apoiar-se. Nesse sentido, se o preço para atingir a ambiciosa meta de inflação estabelecida para o ano em curso for à manutenção dos elevados níveis de desemprego, torna-se recomendável debater com a sociedade, tendo como interlocutor o parlamento, a sua revisão para cima nos próximos anos.

Sabemos que os agentes econômicos – famílias, empresas e governo – ao tomar decisões intertemporais geralmente não possuem certeza quanto ao futuro, visto que a situação exata da economia no futuro é sempre uma incógnita (Sachs e Larrain, 1995). Isso explica porque as famílias e as empresas precisam formular algumas expectativas com relação ao futuro para adotar a maioria das decisões intertemporais. Assim, levando-se em consideração a estreita relação que existe entre a recuperação do PIB, o aumento da renda e do consumo, torna-se perceptível que, as decisões das autoridades econômicas que serão adotadas nas próximas reuniões do Copom/BCB – que irão repercutir na economia no curto e médio prazo -, balizarão para o segmento empresarial se haverá ou não uma retomada sustentada do crescimento econômico. A revisão da meta de inflação e a redução dos juros, além de outras medidas orientadas para gerar confiança nos investidores, são essenciais para estimular a retomada do crescimento. Dessas medidas dependerá a viabilização do “*espetáculo do crescimento*” prometido na campanha eleitoral pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva. A alteração desse quadro, entretanto, exige uma postura mais ousada do Banco Central do Brasil na condução da política monetária.

Esta ousadia, com responsabilidade – respaldada por uma inflação sob controle, uma economia estagnada e elevada taxa de desemprego – deve ser explicitada por meio de uma aceleração nas quedas das taxas de juros. Utilizando o referencial das taxas de juros praticadas em diversos países emergentes, com um perfil semelhante ao do Brasil, fica evidenciado que a taxa de juros do país necessita ser reduzida em cerca de 4 pontos percentuais nos próximos meses. Os possíveis efeitos negativos sobre a meta de inflação para 2004 (MPOG, 2004), serão amplamente compensados, em nível das *finanças públicas*, especialmente no que se refere à redução dos elevados custos de financiamento da dívida do setor público (União, Estados, municípios e suas estatais), que atingiu R\$ 913,145 bilhões ou 58,2% do PIB em 2003 (BCB, 2004). Assim, a retomada do crescimento depende da redução das taxas de juros Selic, do patamar de 16% ao ano para 12% ao ano. Isso deslocaria o Brasil da incômoda liderança do ranking mundial de juros reais, de 10% ao ano - resultante da taxa de 4,5% paga pelos títulos de dez anos do Tesouro norte-americano mais os custos do risco-país -, para cerca de 7% ao ano, quase no mesmo nível de países como Israel, Hungria, Turquia e África do Sul.

Os indicadores analisados neste artigo evidenciam que, a dívida do setor público, as elevadas taxas de juros e uma excessiva carga tributária foram as principais responsáveis pelo desempenho frustrante da economia no ano passado. Assim, podemos concluir que, *os formuladores de política econômica, na medida em que não estão levando em consideração importantes princípios básicos de funcionamento de uma economia capitalista, estão contribuindo decisivamente para o agravamento do processo de estagnação da economia brasileira*. A retomada do crescimento econômico sustentado no Brasil, sem o qual não será possível reduzir o desemprego, a informalidade e as desigualdades sociais, exige mudanças criativas no atual modelo econômico especialmente das políticas fiscal e monetária. A manutenção da atual política econômica – que privilegia excessivamente o capital financeiro –, consolida o atual quadro estagnação, que será agravado por freqüentes crises financeiras e de risco à governabilidade. Os seus efeitos tenderão a refletir e representar uma ameaça à democracia do Brasil, em médio prazo.

Bibliografia

- Brasil. Banco Central do Brasil. (2004), *Indicadores Econômicos*, DEPEC/BCB, Brasília.
- _____, Ministério da Fazenda. (2004), *Acordo do Brasil com o FMI*, MF, Brasília. www.fazenda.gov.br, pesquisa feita em 01.04.2004
- _____, IBGE. (2004), *Anuário Estatístico do Brasil de 2003*, IBGE, Rio de Janeiro.
- _____, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2004), *Plano Plurianual (PPA - 2004-2007)*, MPOG, Brasília.
- Matias-Pereira, José. (2001), *Políticas de Austeridad y Gobernabilidad: El caso de la aplicación del programa de ajuste estructural y de estabilización del FMI en el Brasil*, tesis doctoral, Instituto Universitario Ortega y Gasset / Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.
- _____. (2003a), *Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil*, 2ª ed., Editora Atlas, São Paulo.
- _____. (2003b), *Economia Brasileira*, Editora Atlas, São Paulo.
- Sachs, Jeffrey D. e Larrain, Felipe. (1995), *Macroeconomia*, Makron Books, São Paulo.
- Sargent, Thomas J. e Wallace, Neil. (1981), "Some Unpleasant Monetarist Arithmetic", <http://research.mpls.frb.fed.us/research/qr/qr531.html>
- Solow, Robert M. (1988), *Growth Theory: An Exposition*, Oxford University Press, New York e Oxford.